

DESAFIOS DA PERMANÊNCIA NO CAMPO: ANÁLISE DA EVASÃO DOS CAMPONESES DA REFORMA AGRÁRIA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CHICO MENDES - ITUIUTABA (MG)

André Luiz Bueno Silva ¹
Joelma Cristina dos Santos ²

RESUMO

A pesquisa que se apresenta tem por objetivo analisar os motivos que vem provocando a evasão dos assentados do Projeto de Assentamento (P.A) Chico Mendes, localizado no município de Ituiutaba-MG. Diante disso, buscou-se abordar a relevância das políticas públicas destinadas à agricultura camponesa no contexto do desenvolvimento rural brasileiro, destacando a complexidade da ausência dessas políticas para os agricultores familiares e camponeses. Além disso, é analisada de forma subjacente a influência do agronegócio nas políticas agrícolas. Quanto à metodologia adotada, buscou-se uma abordagem em duas etapas. A primeira etapa consiste em delinear o campo teórico, fundamentando-se em fontes bibliográficas como livros, artigos científicos, dissertações e teses que exploram as problemáticas relacionadas ao tema. A segunda etapa envolve o levantamento de dados secundários. Acredita-se que a obtenção e sistematização desses dados proporcionam, à luz da ciência geográfica, uma base sólida para realizar análises, discutir os resultados parciais e apresentar considerações finais.

Palavras-chave: Políticas públicas, Reforma Agrária, Assentamento Chico Mendes, Ituiutaba (MG).

ABSTRACT

The research presented aims to analyze the reasons that have been causing the evasion of settlers from the Chico Mendes Settlement Project (P.A), located in the municipality of Ituiutaba-MG. In view of this, we sought to address the relevance of public policies aimed at peasant agriculture in the context of Brazilian rural development, highlighting the complexity of the absence of these policies for family farmers and peasants. Furthermore, the influence of agribusiness on agricultural policies is analyzed in an underlying manner. As for the methodology adopted, a two-step approach was sought. The first stage consists of outlining the theoretical field, based on bibliographic sources such as books, scientific articles, dissertations and theses that explore issues related to the topic. The second stage involves collecting secondary data. It is believed that obtaining and systematizing these data provides, in the light of geographic science, a solid basis for carrying out analyses, discussing partial results and presenting final considerations.

Keywords: Public policies, Agrarian Reform, Chico Mendes Settlement, Ituiutaba (MG).

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação - PPGEF da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, albsbueno85@gmail.com

² Prof(a) Dr(a) do Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, joelma.santos110@gmail.com

INTRODUÇÃO

A trajetória da agricultura no decorrer de sua formação territorial do Brasil, foi fortemente caracterizada por práticas agrícolas familiares voltadas para o comércio local e para a subsistência dos agricultores, respaldadas pela mão-de-obra rural. Em contrapartida, os latifundiários já concentravam a maior parte das terras do Brasil e suas práticas agrícolas já eram voltadas para exportação, sobretudo para a Europa, foi assim com a produção do açúcar no Nordeste, no século XVI, e com o café no Sudeste, na virada do século XVIII para o século XIX. (PRADO JÚNIOR, 1986)

Todavia, diante do aumento populacional, sobretudo, nos grandes centros urbanos do Brasil durante a fase de industrialização que começou com o governo de Getúlio Vargas por volta do ano 1930, a escassez alimentar começou a se tornar mais evidente. Nos períodos subsequentes ocorre um grande êxodo rural, muitas famílias de produtores rurais deixam o campo em busca de trabalho nas indústrias dos grandes centros urbanos.

Já na segunda metade do século XX, mais especificamente no ano de 1960, a "Revolução Verde" ao chegar ao Brasil, trouxe consigo a promessa de modernizar o setor agrícola, eliminar a fome e potencializar a produção de alimentos, inaugurando uma nova era no campo brasileiro, que buscava impulsionar o desenvolvimento em nações subdesenvolvidas. No entanto, a introdução de tecnologias da Revolução Verde contribuiu para a concentração de mais terras em poder dos latifundiários e a marginalização dos pequenos agricultores, sobretudo dos camponeses.

Contudo, a reforma agrária de lá para cá, vem sendo um tema de grande importância no Brasil, já que a distribuição de terras e a promoção da justiça social são fundamentais para o desenvolvimento econômico e a redução da desigualdade no país, pois, um dos principais objetivos da reforma agrária é promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. (BRASIL, 1964).

No entanto, apesar dos esforços dos movimentos sociais de luta pela terra para a criação de assentamentos rurais, percebe-se um novo fenômeno acontecendo, muitos assentados estão abandonando os lotes conquistados.

Ademais, o fenômeno do abandono dos lotes adquiridos via reforma agrária apresenta uma série de razões que são extremamente diversas e complexas. De fato, estas causas se ramificam em diferentes aspectos, desde a ausência de infraestrutura básica, tais como abastecimento de água e energia elétrica, até a inexistência de assistência técnica e pressão exercida por latifundiários e agroindústrias - que em muitos casos se personificam em uma única pessoa física e/ou jurídica - que desejam e se beneficiam da desapropriação dos assentados de seus lotes.

Para além das questões estruturantes, é preciso compreender que um dos fatores fundamentais que desencadeiam a evasão dos assentados de seus lotes é a dificuldade financeira enfrentada pelas famílias assentadas, sobretudo, após receberem a posse da terra, pois, dentre tantos fatores que podem promover o fenômeno da evasão, podemos destacar dois primordiais que solapam as famílias camponesas de seus lotes.

O primeiro está relacionado à falta de incentivo e acesso a políticas públicas e crédito agrícola³. Logo, o segundo fator ocorre em decorrência do primeiro, gerando um efeito dominó, isto é, a impossibilidade de acesso às políticas públicas para investir na produção dificulta significativamente a produção de alimentos e a escassez de recursos contamina a geração de renda e emprego, o que provoca o desabastecimento do mercado local/regional.

Nos casos mais extremos, a falta de incentivos agrícolas chega a afetar até a produção de subsistência das famílias camponesas. Sendo este, então, um dentre vários motivos que levam os camponeses a abandonarem os lotes adquiridos. As formas de abandono dos lotes podem se dar por diversas maneiras, destacamos três, a saber: (i) - via de arrendamento do lote a terceiros, (ii) - venda irregular; e (iii) - devolução da posse para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

³ Sobre crédito agrícola, partilho da mesma compreensão feita por Jorge e Souza (2009), ou seja, “A análise da relação entre reforma agrária e crédito agrícola pressupõe a compreensão de dois quadros fundamentais: a) a questão da trajetória histórica pela qual perpassa toda a dimensão política constitutiva do Estado brasileiro em cercar o processo de democratização da terra, dada a tradição patrimonialista de suas estruturas burocráticas; b) o papel do crédito na implantação dos programas de reforma agrária, dado o quadro geral de descapitalização dos sujeitos sociais, para os quais se direciona este programa, e, fundamentalmente, na necessidade de garantir-lhes êxito econômico, consolidação de seu processo de fixação no campo, coibindo os mecanismos de expulsão, reconcentração fundiária e dominação social e política”. (JORGE e SOUZA, 2009, p. 18)

Diante dessa problemática inicial, esse artigo⁴, tem por objetivo analisar quais os possíveis motivos que vem provocando a evasão dos assentados do Projeto de Assentamento (P.A) Chico Mendes, localizado no município de Ituiutaba-MG. Para tal, consideramos analisar as políticas públicas e programas governamentais que tenham por finalidade desenvolver a agricultura camponesa.

Todavia, essa pesquisa se justifica pela importância na compreensão de políticas públicas da reforma agrária e a dinâmica política, econômica e social por trás da distribuição desigual de programas agrários no P.A Chico Mendes. A análise das políticas públicas voltadas para a reforma agrária, pode contribuir para a compreensão dos interesses em jogo, dos grupos de pressão envolvidos, das alianças políticas e do papel dos diferentes atores e agentes na elaboração e implementação de políticas de reforma agrária, justa, eficiente e que atendam todas as famílias assentadas no P.A Chico Mendes, em Ituiutaba-MG

METODOLOGIA

Visando atingir os objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados passam por duas etapas, a primeira delas consistiu em delinear o campo teórico correspondente aos atos da pesquisa, para tal, se fundamentou a partir de fontes bibliográficas que pesquisam e discutem as problemáticas pertinentes aos objetivos do artigo.

A segunda etapa trata-se dos levantamentos de dados secundários, pois, a obtenção e a sistematização desses dados possibilita, à luz da ciência geográfica, traçar as análises para os resultados, discussão e outras considerações. Neste sentido foi imprescindível o levantamento em banco de dados governamentais, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Dito isso vale ressaltar - de antemão - que dado o peso e a significância do objetivo proposto, necessitará de outras oportunidades e de um tempo maior para o aprofundamento da pesquisa, haja vista a necessidade de demais dados primários e secundários para que se possa criar um quadro minucioso das contradições e das perspectivas que acompanham os assentados do P.A Chico Mendes.

⁴ O artigo que se apresenta é recorte de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento intitulada: A LUTA PELA TERRA EM ITUIUTABA - MG: estudo sobre as Políticas Públicas para a Reforma Agrária e os Desafios da Evasão nos Assentamentos Rurais. Os resultados finais dessa pesquisa serão publicados assim que finalizadas todas as fases de execução da pesquisa.

ESTRUTURA DA PESQUISA

Partindo da premissa metodológica, na primeira seção trata-se do *referencial teórico*, onde buscamos abordar a importância de políticas públicas para camponeses e agricultura familiar no Brasil, visando o desenvolvimento rural e a produção de alimentos sustentáveis. Analisamos a falta de acesso a essas políticas, apontando suas consequências, e apresentamos um debate sobre a transformação do termo "camponês" para "agricultor familiar". Também destaca a disputa entre o agronegócio e a agricultura camponesa, ressaltando a concentração de terras em poder de uma minoria de latifundiários. Para tal, o referencial teórico se fundamenta em: Fernandes (2005 e 2009); Schneider (2003); Junior e Coca (2015) e outros.

Na terceira intitulada *Caracterização da área de estudo: município de Ituiutaba - MG*, aborda de forma concisa a área de formação e consolidação socioterritorial do Projeto de Assentamento Chico Mendes, localizado em Ituiutaba-MG.

A quarta seção é intitulada *Projeto de Assentamento: P.A - Chico Mendes*⁵, onde analisamos a dificuldade financeira dos agricultores familiares e camponeses. Apresentamos a diversidade na produção agropecuária/agrícola no assentamento, com a ressalva de que algumas famílias enfrentam dificuldades em acessar programas como o Pronaf e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Por fim, na quinta seção apresento as considerações finais acerca das contradições, possibilidades e expectativas enfrentadas no campo brasileiro, sobretudo no P.A Chico Mendes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A implementação de políticas públicas voltada para os camponeses e agricultura familiar é de extrema importância para promover o desenvolvimento do meio rural brasileiro, pois, essas ações garantem a justiça social, a permanência das famílias no campo, a produção e a comercialização de alimentos sustentáveis nos centros urbanos em suas várias escalas, sobretudo, a local.

⁵ Essa seção do artigo baseia-se principalmente nas pesquisas conduzidas por Dall Agnol (2017) e Ramos (2018) no P.A Chico Mendes.

Partindo da premissa supracitada, a falta de políticas públicas voltadas para agricultura familiar e camponesa da reforma agrária é um fenômeno complexo que merece, de início, uma análise conceitual e cuidadosa, pois, a falta de acesso a tais políticas e programas governamentais de crédito fundiário inviabiliza a produção no campo, gera insegurança alimentar e provoca a evasão dos agricultores familiares e camponeses de seus lotes..

Ademais, para uma análise e compreensão mais aprofundada sobre o P.A Chico Mendes, em primeiro lugar, considero importante compreender quem são os sujeitos pesquisados, ou seja, qual a diferença conceitual entre camponês e agricultor familiar. Do mesmo modo, buscamos analisar como o agronegócio vem se beneficiando das políticas e dos programas voltados ao fomento da agricultura no Brasil, em detrimento dos pequenos produtores e da produção sustentável de alimentos.

Partindo desse pressuposto, Fernandes (2009) aborda que a complexidade da definição do termo "campepinato" pode variar dependendo da disciplina ou do contexto histórico em que é utilizado. O autor reconhece que diferentes disciplinas enfatizam perspectivas específicas e destacam diferentes aspectos que compõem o campepinato.

São diversas as possibilidades de definição conceitual do termo. Cada disciplina tende a acentuar perspectivas específicas e a destacar um ou outro de seus aspectos constitutivos. Da mesma forma, são diversos os contextos históricos nos quais o campepinato está presente nas sociedades. Todavia, há reconhecimento de princípios mínimos que permitem aos que investem, tanto no campo acadêmico quanto no político, dialogar em torno de reflexões capazes de demonstrar a presença da forma ou condição camponesa, sob a variedade de possibilidades de objetivação ou de situações sociais. (FERNANDES, 2009, p. 09).

Fernandes (2009) considera que a existência do campepinato surge quando ele é reconhecido politicamente e, esse modo de territorialização do espaço agrário por parte dos camponeses pode ser vista de forma positiva ou negativa. Assim, o termo "camponês" é usado em contextos políticos e acadêmicos para representar diferentes comportamentos e sujeitos. No entanto, campepinato é diverso e inclui diferentes tipos de agricultores, logo

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais com o povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açaizeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (FERNANDES, 2009, p. 11).

Então, compreendendo os sujeitos enquanto classe social trabalhadora e sua diversidade cultural podemos considerar que, o campesinato é um modo de produção que coexiste com outros sistemas, estabelecendo relações de interdependência e de poder no jogo político e econômico. Pois, os camponeses desempenham um papel crucial na produção agrícola e no abastecimento das cidades, tanto como foi no passado, quanto é no presente.

Entretanto, dentro da lógica capitalista de produção agropecuária o modelo de progresso que foi adotado nos anos 60/70/80, na intitulada Revolução Verde, é focado na modernização tecnológica dos maquinários e produtos agrícolas que são destinados à exportação, dessa forma, os grupos de agricultores são categorizados com base no tamanho de suas propriedades e na quantidade que produzem, sendo classificados como pequenos, médios ou grandes produtores.

A política de incentivo à modernização da agricultura terminou se transformando numa política de incentivo à concentração de terras, uma vez que a criação de infra-estrutura e juros subsidiados determinou um processo de valorização das mesmas. No entanto, a relação inversa não existe: o processo de concentração de terras não significou necessariamente uma modernização da agricultura. (SANTOS, 2001, p. 39)

O objetivo desse sistema que categoriza o espaço agrário brasileiro é, portanto, ocultar desigualdades como o acesso à terra e estabelecer categorias operacionais, o intuito disso é aplicar políticas públicas de forma diferenciada, como acesso a crédito rural, insumos, infraestrutura, pesquisa e extensão rural. Então, o termo "camponês" passa a ser reconhecido como pequeno produtor advindo dos movimentos sociais de luta pela terra.

Isso ocorre porque a designação de camponês estava associada a um habitante rural considerado atrasado, carente, envolvido em conflitos, pressupondo um contexto nacional de repressão política e social. Neste sentido, Schneider (2003b, p. 100) afirma que o conceito de camponês passa para agricultor familiar pois

A incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais, de outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar.

Neste sentido, uma abordagem conceitual que diferencia o camponês do agricultor familiar, Fernandes (2005) identifica duas perspectivas, a primeira prevê o declínio do

camponês e outra que sustenta sua transformação gradual em agricultor familiar, influenciada pelo capitalismo e pela política estatal.

A utilização do termo "agricultura familiar" é vista como uma maneira de fortalecer o desenvolvimento do capitalismo no ambiente rural. Dessa forma, a partir da década de 1990, o camponês é reconfigurado como agricultor familiar com o intuito de atender às estratégias políticas de desenvolvimento territorial e à introdução de capital no meio rural.

Além dos camponeses e agricultores familiares, destaca-se um outro setor da produção rural, que não apenas busca controle sobre as terras, mas também disputa o acesso às políticas públicas e aos créditos agrícolas: os latifundiários, atualmente identificados como agricultura patronal ou agropecuária/agroindústria.

Todavia, Davis e Goldberg (1957) definiram o agronegócio como um complexo de sistemas que relaciona agricultura, indústria, mercado, capital e trabalho. É importante ressaltar que esses autores referiam-se ao estágio de desenvolvimento do capitalismo na agricultura dos Estados Unidos na década de 1950.

No Brasil, o agronegócio surgiu nos anos 80, e alguns autores, como Kageyama (1987) e Graziano da Silva (1996), começaram a perceber a união entre a agricultura e a indústria. Isso aconteceu por causa da Revolução Verde. Esse novo setor alterou significativamente a política das questões agrárias brasileiras, tanto que o Brasil possui Ministérios divergentes que tratam da economia agrária.

[...] o Brasil é o único país do mundo que possui dois ministérios para conduzir o desenvolvimento rural: o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), voltado para a agricultura familiar/camponesa e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que trabalha em prol do agronegócio. A expansão do agronegócio tem sido mais rápida do que a expansão da agricultura familiar/camponesa. (JUNIOR e COCA, 2015, p. 14).

Diante disso, temos a disputa entre dois setores cruciais da produção agrícola, de um lado o capitalismo agrário, que se manifesta por meio do conhecido e famigerado agronegócio, e o segundo são os camponeses e agricultores familiares.

O primeiro, é caracterizado por uma série de práticas e relações sociais que visam maximizar os lucros dos grandes proprietários de terra em detrimento do bem-estar dos camponeses/agricultura familiar, da produção sustentável.

O desenvolvimento do capitalismo no campo, pelo agronegócio, se dá, dentre outros fatores, pelo trabalho assalariado, que consiste em uma parcela do capital pertencente ao proprietário de terras que é aplicada como forma de pagamento pelo trabalho de seu funcionário. O salário do trabalhador é determinado pela taxa de lucro do capital, obedecendo a determinações sociais. (JUNIOR e COCA, 2015, p. 14).

Já na produção camponesa e na agricultura familiar, não visa maximizar os lucros através da produção de *commodities* para exportação. A agricultura familiar, conforme aponta Santos (2001, p. 45) é “unidade familiar de produção fundamentada em relações de trabalho não capitalista desenvolvida em pequenos imóveis, cujo proprietário é também produtor direto, com a primazia da produção voltada para genero alimentícios”.

Contudo, conforme o referencial teórico demonstra, existe uma disputa pela hegemonia do espaço agrário brasileiro, de um lado o agronegócio que visa lucro através da exploração dos solos e da produção de *commodities*, e do outro lado a agricultura camponesa/familiar que a muito tempo resiste na luta pela terra.

Portanto, essa disputa perpassa as questões territoriais, pois envolve também o acesso a políticas públicas e aos créditos rurais. Então, a análise desse debate apresentado aqui neste referencial teórico se faz crucial, pois corresponde às formas que o campo brasileiro vem se reproduzindo e quais são suas contradições.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

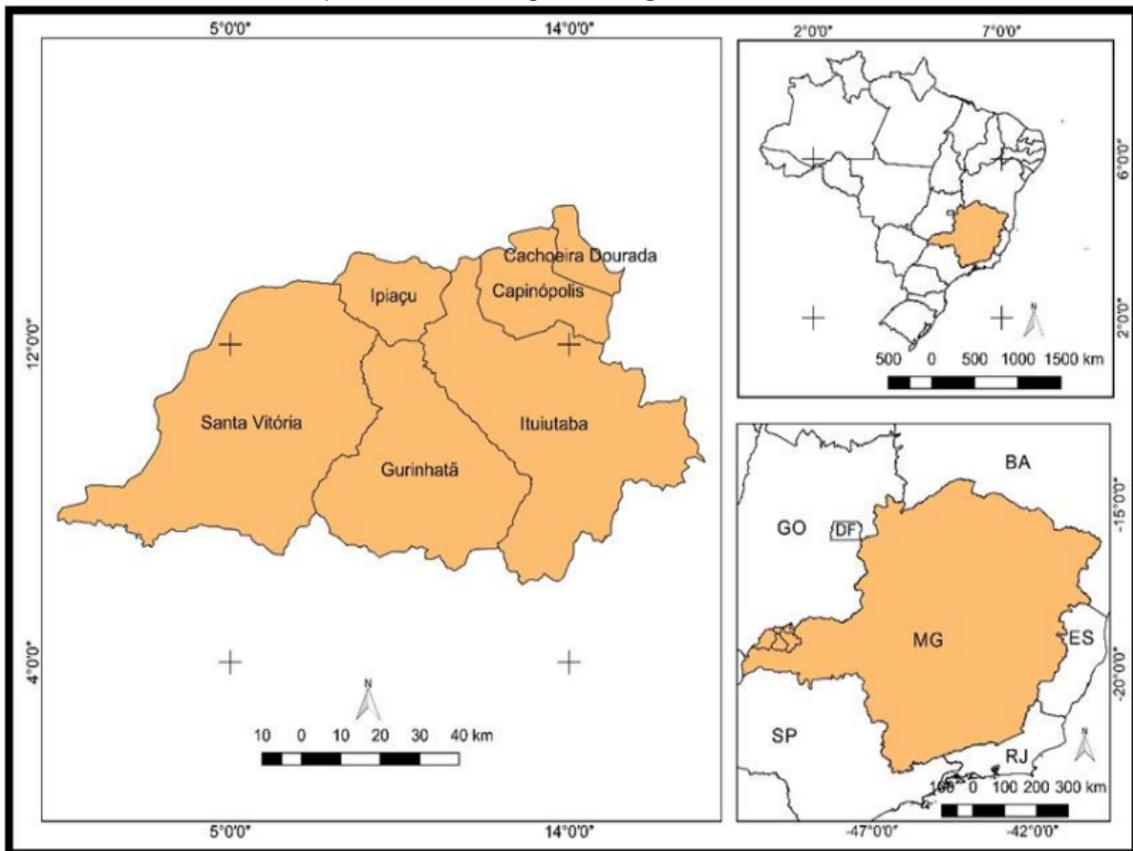
A área de estudo deste artigo corresponde à área de formação e a consolidação socioterritorial do Projeto de Assentamento Chico Mendes localizado na cidade de Ituiutaba-MG. A região que pertence ao município de Ituiutaba, desde a sua fundação, em 1901, já passou por vários processos de fragmentação territorial, entretanto as transformações

posteriores às décadas de 1970 marcaram o novo momento na reestruturação do município, sobretudo nas atividades agrícolas. Neste sentido, Oliveira, (2013, p. 274) aponta que

Ituiutaba (MG) se consolidou como principal centro urbano regional, visto que absorveu os excedentes de capital procedente das atividades agrícolas, resultando na reestruturação da cidade. A industrialização da região, mesmo que limitada, tem como suporte produtivo e econômico a atividade agropecuária, posto que as principais empresas são de processamento de produtos de origem animal (laticínios e frigoríficos) e beneficiamento de grãos, além de usinas ligadas ao setor agroindustrial canavieiro, produtoras de açúcar e etanol.

O município de Ituiutaba-MG faz parte da mesorregião do triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e também é sede da microrregião geográfica abrangendo outros cinco municípios, conforme o **Mapa 1**.

MAPA 1 - Localização da Microrregião Geográfica de Ituiutaba/Minas Gerais.



Fonte: Base digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010).

Org. Bueno, 2023

Em termos de extensão territorial, Ituiutaba possui uma área de 2.598,046 km², e possui uma demografia populacional estimada em 102.217 mil habitantes, deste total, 84%



residem em áreas urbanas e apenas 4,16% residem na área rural. Isto representa em valores absolutos 85.862 pessoas moram na área urbana e 4.252 pessoas residem na zona rural. IBGE (2022)

O processo de uso e ocupação das áreas passíveis à reforma agrária começou no município a partir da década de 1990, no decurso dessa década os sujeitos ligados aos movimentos sociais de luta pela terra abraçaram ações e estratégias de cunho solidário e cooperativo, e dotados de intencionalidades criaram seis assentamentos no município.

Deste modo, os assentamentos rurais criados foram denominados de: P.A Divisa, P.A Douradinho, P.A Engenho da Serra, P.A Pantano Mariano, P.A Renascer e P.A Chico Mendes. Todos foram criados nos anos entre 1990 e os anos 2000, Ramos (2018)

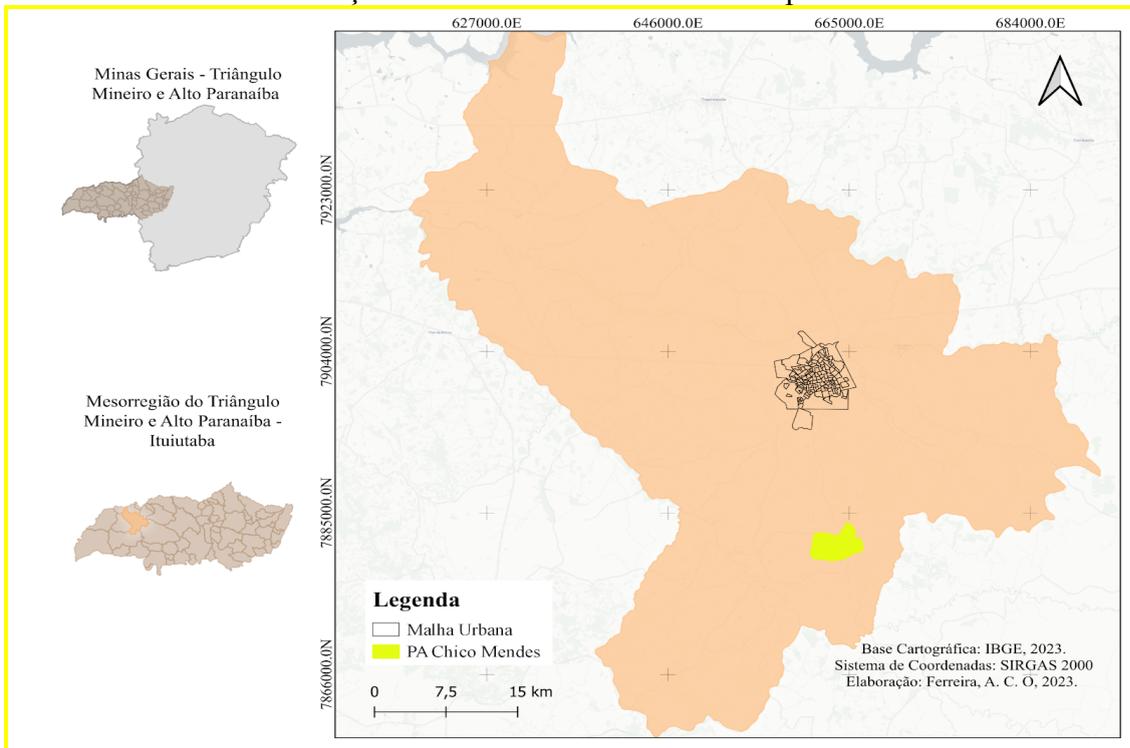
PROJETO DE ASSENTAMENTO CHICO MENDES

Após contextualizar o processo de criação de projetos de assentamentos rurais em Ituiutaba esta parte da pesquisa abordará as principais características, as formas de produção e quais os motivos que causam a evasão dos assentados originários da reforma agrária do assentamento PA Chico Mendes. Para tal, exploraremos o processo de (re)territorialização do assentamento, assim, o objetivo desta seção vislumbra analisar os motivos que causam o fenômeno de evasão dos lotes P.A Chico Mendes.

O P.A Chico Mendes está situado a uma distância de 18 quilômetros da cidade de Ituiutaba. Ele é circundado pelo Córrego da Aldeia e seus afluentes, que incluem o Córrego Tamanduá, o Córrego Caldeirão e o Córrego do Saltinho. A principal via de acesso ao assentamento é a estrada municipal. Dall Agnol (2017).



MAPA 2 - Localização P. A Chico Mendes no município de Ituiutaba-MG



FONTE: Ferreira (2023)

Dall Agnol (2017) aponta que das quarenta famílias originárias da reforma agrária no P.A Chico Mendes e que foram registradas no INCRA no ano de 2000, apenas doze permanecem atualmente no assentamento, ou seja, as outras vinte e seis famílias optaram por abandonar o assentamento, e essa forma de abandono se deu por meio da venda irregular para outras famílias. Diante dessa realidade, Dall Agnol (2017) e Viera (2014) apontam que

Em várias situações, algumas famílias não conseguem permanecer na terra devido à forma como são conduzidas as políticas de Reforma Agrária e de desenvolvimento territorial do governo federal, não associadas às políticas de desenvolvimento social no campo. As dificuldades, muitas vezes, levam as famílias a abandonar a luta e desviar suas crenças de que aquele caminho poderia dar certo e, quando isso acontece, elas vendem as benfeitorias investidas nos lotes. Essa realidade indica, mais uma vez, que a Reforma Agrária proposta não está beneficiando essas famílias ou pessoas, e sim trazendo-lhes ainda mais sofrimentos para o histórico de suas vidas. Consequentemente, servindo de exemplo para aqueles que não acreditam e não apoiam a Reforma Agrária.(VIEIRA, 2014,p. 162).

É preciso compreender que um dos fatores fundamentais que desencadeiam a evasão dos assentados de seus lotes é a dificuldade financeira enfrentada pelas famílias assentadas, sobretudo, nos primeiros anos que permanecem acampadas aguardando o processo de reforma agrária ser concluído. Neste sentido



[...] a evasão das famílias, diz respeito à dificuldade financeira das mesmas que, no caso do Chico Mendes, residiram acampadas durante cinco anos e, neste período, todos os recursos financeiros que possuíam foram gastos com alimentação, não restando uma quantia significativa para investir em infraestrutura. Ademais, há a presença de pessoas idosas que, ao longo dos anos no acampamento, vêm sofrendo com intempéries da natureza, ausência de energia elétrica e falta de acesso à assistência médica, o que agrava o quadro de saúde. (DALL AGNOL, 2017, P. 106)

Mesmo que os camponeses oriundos do processo de reforma agrária evadam dos seus lotes, novos atores entram, esse processo de concessão e posse de terra é reavaliado pelo INCRA, que passa a documentação para as novas famílias. Após a transferência de concessão e posse dos lotes, as novas famílias que ingressam no assentamento participam de uma assembleia com os demais residentes, onde são submetidas à aprovação coletiva. Os procedimentos e decisões desta assembleia são registrados em ata e são assinados pelas famílias que concordam em aceitar os novos moradores. Neste sentido, Agnol (2017, p. 114) apontou que

De modo geral, as famílias assentadas apresentam condições básicas para a vida no campo, mas a maioria (vinte e cinco famílias) ainda necessita de investimentos em infraestrutura para garantir o conforto do lar e do trabalho. As demais (quatorze famílias) possuem melhores condições de vida e trabalho, uma vez que estes dependem primordialmente de acesso ao crédito oferecido pelo PRONAF. (AGNOL, 2017, p. 114)

No que tange a produção agropecuária/agrária no P. A Chico Mendes, em uma pesquisa de campo realizada em 2016 por Dall Agnol (2017) revela que a produção de gado de corte, gado leiteiro e plantio de hortaliças, são o carro chefe da maioria dos assentamentos pesquisados, tanto dos assentados oriundos da reforma agrária, quanto das famílias que adquiriram os lotes de ex-assentados.

TABELA 1 - P.A Chico Mendes: Produção Agropecuária/agrícola por lote.

Prod. Agropecuária/agrária	Nº de Lotes	Renda NÃO agrícola	Nº de Lotes
Gado de corte/ Hortaliça	7	Aposentadoria	12
Leite/ Hortaliças	2	Padaria	2
Leite/ Gado de Corte	2	Pedreiro	1
Leite/ Frutas	1	Vaqueiro	2
Leite/ Frutas	1		
Produção de grãos/ Leite	1		
Produção de grãos	1		

FONTE: Dall Agnol (2017)
Org. Bueno (2023)

Alguns assentamentos também cultivam a fruticultura do abacaxi, outros, a agricultura de soja e milho, que são comercializados no comércio local e também são utilizados como ração para os animais. Outros assentamentos produzem pequenas lavouras de mandioca,

milho, feijão, pomares, etc, que são basicamente para atender o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a produção desses alimentos são comprados pelo governos estaduais e municipais e são destinados para hospitais públicos e entidades integrantes da rede socioassistencial, preferencialmente de atendimento a pessoas idosas e a pessoas com deficiência, poderão ser atendidas pela administração pública com produtos do PAA em suas demandas por gêneros alimentícios. Isso valerá ainda para hospitais e entidades desse tipo que sejam privadas sem fins lucrativos.

No que se refere a utilização dos programas do Pronaf e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁶, pelas famílias assentadas no P.A Chico Mendes, Agnol (2017, p. 129) alerta que das trinta e nove famílias entrevistada por ela em sua pesquisa de campo no assentamento em 2017, nove não conseguem acesso aos programas Pronaf e PNAE, pois encontra-se endividadas e não se enquadram nas exigências dos programas. Dessa forma, sem poderem investir em animais, insumos, lavoura e outras atividades agrícolas, elas ficam sujeitas ao trabalho externo ao lote, vendendo sua força de trabalho a outros assentados, bem como em atividades não agrícolas, como pedreiros, e afins.

O desenvolvimento social e econômico advindos da conquista do lote cresce lentamente e, mesmo assim, são resultados de esforços na trajetória de luta das famílias assentadas. Entretanto, as dificuldades financeiras que os camponeses enfrentam prejudicaram o processo de produção no assentamento, passando a ter relevância com a aquisição do documento de concessão de terras, que, para algumas famílias residentes no assentamento a menos de dez anos, ainda está em tramitação no INCRA. Esse documento facilita a aquisição de subsídio mediante o PRONAF para custear a produção.

A falta de acesso dos assentados aos Programas e políticas públicas para a agricultura camponesa e familiar, faz com que muitos desses agricultores abandonem seus lotes, seja por via de arrendamento de suas terras a outros produtores, seja por via de venda.

⁶ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.(BRASIL, 2009)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade demonstra que tanto a agricultura familiar, quanto a camponesa desempenham um papel econômico crucial no Brasil, pois são responsáveis pelo fornecimento da maior parte dos alimentos consumidos no país e possui um potencial enorme e significativo no avanço em direção a um desenvolvimento mais sustentável. No entanto, para que esses dois setores do campo continuem contribuindo para a produção alimentar de maneira abrangente e sustentável, é de suma importância a abrangência dos programas e incentivos das políticas públicas e dos programas agrícolas.

Portanto, a análise realizada através desta pesquisa reforça a necessidade de promover as políticas de apoio para fortalecer a agricultura camponesa e familiar, pois, consideramos que produtores bem-sucedidos têm condições de investir cada vez mais em suas propriedades, para que possam desenvolver não apenas seu progresso, mas também o desenvolvimento local/regional. Para além da perspectiva econômica, fica evidenciado a potencial contribuição dos camponeses para o desenvolvimento tanto nas dimensões ambientais, sociais e de produção sustentável, devido - óbvio - às peculiaridades de seu processo produtivo, como a diversidade de culturas e o foco na qualidade de vida, aliado ao cuidado no manejo dos recursos naturais.

Todavia, o que se constata no P.A Chico Mendes é que de modo geral, os camponeses apresentam condições básicas para o manejo do campo, ainda falta investimentos em infraestrutura para assegurar o conforto do lar e financiamento para assegurar as condições técnicas de produção. Como visto, as famílias que não possuem acesso aos programas governamentais de crédito agrícola como o Pronaf não conseguem investir na produção e manejo da terra, o que conseqüentemente pode causar abandono do lote.

Por fim, ressalta-se que a ampliação e continuação desse estudo é de extrema relevância para que se possa demonstrar as contradições vivenciadas pelos camponeses do P.A Chico Mendes, bem como outros assentamentos do município de Ituiutaba (MG). Contudo, a compreensão da importância da agricultura camponesa e familiar destaca a essência das políticas de apoio, que visam valorizar esse setor agrícola, promovendo maior produtividade, rentabilidade e sustentabilidade nos meios de produção. Tendo isso em vista, nós pesquisadores, devemos contribuir militantemente para a promoção e desenvolvimento das

formas produtivas da agricultura campezina e familiar, essa forma de expressão, pode ser manifestada tanto em nossas pesquisas - parte teórica - quanto na prática, seja comprando alimentos oriundos da agricultura familiar, seja divulgando seu trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da terra: Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa/INCRA/ N° 83**. Brasília. DF, 2015

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Brasília-DF, 2013. Disponível em: << <https://www.gov.br/fnde/pt-br> >> Acesso em: 03 nov. 2023

DALL AGNOL, J. **Território de reprodução da agricultura familiar: o assentamento Chico Mendes em Ituiutaba-MG** -2017

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A Concept of Agribusiness**. Boston: Harvard University Graduate School of Business Administration, 1957.

FERNANDES, B. M. **Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista Nera, (6), 24-34, 2009

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE–INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola**. 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Mudanças legais que melhoraram e apressaram as ações da reforma agrária**. Brasília: INCRA, 1998.

JUNIOR, R, C, B; COCA, E, L, de, F. **Conflitos entre o campesinato e o agronegócio no Brasil: os planos-safra 2015-2016**. EUTOPIÁ Número 8, dez, 2015

KAGEYAMA, A, et al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: DELGADO, G. **Agricultura e políticas públicas**. Campinas: Unicamp, 1987. p. 113-223.

OLIVEIRA, H, C, M, de. **Urbanização e cidades: Análises da microrregião de Ituiutaba (MG)**. 2013

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil contemporâneo : colônia** / Caio Prado Jr. entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** Revista brasileira de ciências sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003b.

_____. (1953). **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAMOS E. A. BORGES, A. C. G. **O Processo de luta pela terra e de espacialização: A construção e a constituição de territórios.** Communitas, 2020.

SANTOS, A, B, dos. **Agricultura familiar e política pública - O Pronaf em Sergipe.** Visões do espaço rural (org). Antonello, I, T, Vargas, M, A. - Aracaju, 2001

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003a.

SOUZA, J. G. de; GEBARA, J.; JORGE, W. J. (Orgs). **Reforma agrária e crédito rural: os resultados de assentamentos rurais frente à inepta política de crédito para a Reforma Agrária no Brasil (PROCERA).** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VIEIRA, W. A. **A territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o assentamento Emiliano Zapata no contexto das políticas públicas: (des)encontros, desafios e conquistas.** 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014